

## Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento

Guita Grin Debert

Simone de Beauvoir,<sup>1</sup> em seu livro sobre a velhice, escrito em 1970, dizia ter como objetivo “quebrar a conspiração do silêncio” que caracterizava a forma como essa questão era até então tratada. Os anos 80 assistiram à transformação da velhice em um tema privilegiado, quando se pensa nos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Hoje, no debate sobre políticas públicas, nas interpelações dos políticos em momentos eleitorais e até mesmo na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer, o “idoso” é um ator que não mais está ausente do conjunto de discursos produzidos, tanto no contexto brasileiro contemporâneo quanto naqueles de capitalismo avançado.

A preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento deve-se, sem dúvida, ao fato de os idosos corresponderem a uma parcela da população cada vez mais representativa, do ponto de vista numérico. Contudo, o que chama a atenção quando pensamos na visibilidade alcançada pela velhice é o duplo movimento que acompanha sua transformação em um problema social.

Assistimos, por um lado, a uma socialização progressiva da gestão da velhice. Durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, ela se transforma em uma questão pública. Um conjunto de orientações e intervenções, muitas vezes contraditório, é definido e implementado pelo aparelho de Estado e organizações pri-

vadas. Por outro lado, um campo de saber específico — a Gerontologia — é criado, com profissionais e instituições encarregados da formação de especialistas em Terceira Idade. Como consequência desse duplo movimento, tentativas de homogeneização das representações da velhice são acionadas; uma nova categoria cultural é produzida: pessoas idosas, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão.

A tentativa de desconstrução dessa homogeneidade é a característica marcante da produção acadêmica recente voltada para o tema, sobretudo na Antropologia e na Sociologia. Trata-se, ora de apontar a heterogeneidade dos sujeitos empíricos que essa categoria tende a englobar, ora de colocar a suposta homogeneidade sobre novas bases. Meu interesse é mostrar o tipo de polêmica gerada nesse processo de “desconstrução” e como ele redefine a sensibilidade em relação aos idosos, tendo como base os estudos produzidos sobre o tema nos Estados Unidos e na Europa.

É, sobretudo, depois dos anos 60 que proliferam as pesquisas sobre a velhice nesses países. Até então, a maioria dos estudos sobre o tema procurava apontar para o que é comum na experiência de envelhecimento nas sociedades industrializadas. A hipótese que funda a gerontologia como um campo específico de estudos é a de que a velhice ho-

mogeneizaria as experiências vividas ou que os problemas enfrentados pelo idosos são tão prementes e semelhantes que minimizariam as diferenças em termos de etnicidade, classe ou raça.

Burgess (1960) define a velhice nas sociedades industrializadas através da idéia de *roleless role* — a sociedade moderna não prevê um papel específico ou uma atividade para os velhos, abandonando-os a uma existência sem significado. Nessa mesma linha, Barron (1961) considera os velhos uma minoria desprivilegiada — nas sociedades industrializadas, baixa renda e baixo *status* seriam o destino inevitável daqueles que atingem 60 anos e, nesse sentido, são uma minoria como qualquer outra. Para Rose (1962), os velhos formam uma subcultura, com um estilo próprio de vida que se sobrepõe às diferenças de ocupação, sexo, religião e identidade étnica.

Pensar na velhice naquela conjuntura era, de maneira geral, opor uma Idade de Ouro na qual os velhos eram membros valorizados e ativos de uma família extensa, à situação atual, onde as mudanças sociais trazidas pelo processo de modernização/industrialização acabaram por relegar os idosos a um papel desprivilegiado, na família e na sociedade como um todo.

Os trabalhos antropológicos sobre a velhice, no período, reafirmavam essas considerações, corroborando a idéia de que o *status* social dos idosos nas sociedades tradicionais era mais alto e prestigiado do que aquele dos idosos nas sociedades modernas (Simmons, 1945). Mesmo trabalhos mais recentes como Cowgill & Holmes (1972), sugeriam uma correlação negativa entre modernização e participação, *status* e satisfação na velhice.

Em resumo, pode-se afirmar que, até o final da década de 60, duas grandes teorias dominam os enfoques no interior do campo da Gerontologia. A teoria da atividade e a teoria do desengajamento. Para ambas a velhice é definida como um momento de perda de papéis sociais e trata-se de entender, nos dois casos, como se dá o ajustamento pessoal à essa situação definida como de "perda", e de medir o grau de conformidade e o nível

de atividade dos idosos. Enquanto a teoria da atividade considera mais felizes os idosos que encontram atividades compensatórias, permanecendo ativos (Cavan, 1965), a outra teoria vê no desengajamento voluntário das atividades a chave do envelhecimento bem-sucedido (Cumming e Henry, 1961).<sup>2</sup>

Autores, como Silverman (1987), consideram que o debate em torno dessas teorias não ocupa mais a cena no interior da Gerontologia. O que quero mostrar é que, embora as pesquisas realizadas nas últimas duas décadas tenham complexificado as discussões sobre o tema, o que marca o debate atual ainda são os dois modelos antagônicos de se pensar o envelhecimento. No primeiro deles, trata-se de construir um quadro apontando o estado de pauperização e abandono a que o velho é relegado, em que ainda é, sobretudo, a família que arca com o peso dessa situação. No segundo, trata-se de apresentar os idosos como seres ativos, capazes de dar respostas originais aos desafios que enfrentam em seu cotidiano, redefinindo sua experiência de forma a se contraporem aos estereótipos ligados à velhice.

O que vou procurar fazer neste artigo é mostrar como se dá o embate entre esses dois modelos, ressaltando o tipo de revisão que ambos operam em três dos pressupostos sobre a experiência de envelhecimento que vigoraram até os anos 60: 1) a visão de que nas sociedades pré-industriais os velhos eram membros ativos e valorizados de uma família extensa em que as diferentes gerações conviviam na mesma unidade doméstica; 2) a interação intensa com a família é crucial para o bem-estar na velhice; e 3) a suposta homogeneidade da experiência de envelhecimento ante as diferenças de classe e etnicidade.

As revisões operadas em cada um desses pressupostos partem de dados que são fundamentais para pensar a experiência contemporânea, particularmente a família. Entretanto, estamos mal-aparelhados para interpretá-los. A imagem que as revisões projetam é ora a de uma sociedade cujas formas de controle se fundamentam cada vez mais na idade cronológica, ora a de que cami-

nhamos para uma situação em que as diferenças de idade tendem a ser apagadas e a velhice é, sobretudo, uma questão de autoconvencimento.

### Velhice e Mudança Social

O final dos anos 60 foi marcado pela convicção de que é necessário olhar com mais sutileza para o conjunto de transformações ocorridas na velhice e no processo de envelhecimento ao longo do século XX.

Há um consenso entre os teóricos — tanto entre aqueles que privilegiam uma abordagem de cunho estrutural, quanto entre aqueles mais preocupados com as representações dos atores sociais — de que o século XX testemunhou várias transformações na experiência de envelhecimento. As análises que enfatizam a dimensão das mudanças estruturais tendem, em linhas gerais, a caracterizá-las de forma bastante semelhante àquela que Guillemard (1986) propõe para o contexto francês. Esta autora mostra que a sensibilidade em relação ao idoso passa por três grandes conjuntos de transformações, no período que vai de 1945 aos dias atuais.

No primeiro período — de 1945 a 1960 — a velhice é associada, basicamente, à situação de pobreza. A generalização do sistema de aposentadorias teria dado uma identidade de condições aos idosos, diferenciando-os das outras populações-alvo da assistência social. Nessa fase, a questão debatida é ainda a dos meios de subsistência dos trabalhadores velhos, e o que se quer é preencher as lacunas do sistema de previdência social, acrescentando à aposentadoria outras formas de assistência ao idoso.

No segundo período, de 1959 a 1967, Guillemard considera que há uma mudança de sensibilidade em relação à velhice, que passa a ser associada à idéia de solidão e marginalidade. São enfatizadas, então, as condições de vida do idoso. Novas práticas, como o lazer, as férias e os serviços especiais de saúde para os aposentados fazem do modo de vida (e não apenas do nível de vida) o campo privilegiado de intervenção. Essa nova sensibilidade em relação aos idosos cor-

responde a mudanças no aparelho produtivo, que levaram à ampliação das camadas médias assalariadas. Trata-se de pensar na aposentadoria para um setor com níveis muito mais altos de aptidões, aspirações e consumo. Essa nova sensibilidade é representada pela idéia de Terceira Idade.

O terceiro período é caracterizado pela idéia da pré-aposentadoria, que implica a revisão da idade cronológica própria à aposentadoria. Uma nova sensibilidade é produzida em relação à velhice, que passa a ser definida como o momento em que o trabalho é ilegítimo. Aposentadoria precária ou desemprego é a condição de uma parcela cada vez mais expressiva dos indivíduos que estão na faixa etária anterior àquela da aposentadoria propriamente dita, principalmente nas empresas privadas.

Philippe Ariès (1983), mais preocupado com a forma como a velhice é vivida pelos idosos, aponta três mudanças radicais, ocorridas ao longo do período que vai do final do século passado aos dias de hoje, em especial no que diz respeito aos setores médios e burgueses da população francesa. Considera que, para a geração nascida em meados do século passado, a velhice era vivida como uma etapa de mudanças radicais. Significava não apenas a interrupção de um conjunto de atividades realizadas anteriormente, mas também uma mudança no estilo de vida e nos costumes, que seria mantida até o final da existência do indivíduo. O tipo de roupa e de adornos usados, a postura em público, uniformizava de tal forma os indivíduos que era difícil precisar a idade das pessoas a partir de uma determinada faixa etária, que para as mulheres começava entre os 40 e 50 anos e para os homens entre 50 e 60 anos. Para os filhos dessa geração há uma mudança significativa na percepção do avanço da idade. Nascidos nas duas últimas décadas do século passado, são o que o autor chama de “a geração do progresso”. Nasceram na época das *lâmpes à huile* e viram os americanos chegarem à lua. Não tinham a atitude dos velhos contemporâneos de negação da morte, mas pensavam “morreremos, mas jamais

envelheceremos". Demonstravam horror à velhice dos pais, que a partir de uma certa idade já não desciam escadas, porque não havia elevador para conduzi-los de volta. Convenceram-se de que poderiam viver a velhice sem incômodos e essa era uma questão exclusivamente de vontade. O carro, o elevador e as comodidades da vida moderna permitiam que todas as atividades fossem mantidas. Não havia, por isso, nenhuma razão para a aposentadoria, para o abandono das posições de prestígio e poder ocupadas ao longo da idade adulta. A terceira geração, aqueles nascidos de 1910 a 1920, já vê com satisfação a aposentadoria, ou pelo menos não luta contra ela, mesmo que nessa situação sinta uma série de inquietações; é a geração que aproveita a terceira idade. Segundo Ariès, é nesse momento que se desenvolvem um mercado para a terceira idade e a formação de profissionais e especialistas nesse campo. Atividades de lazer dirigidas especificamente aos idosos — que envolvem desde turismo até universidades para a terceira idade — surgem como formas de colocar em circulação o dinheiro dos velhos e constituir guetos de idosos, intensificando sua segregação. Mais do que a pauperização e a miséria, a segregação, conclui Ariès, é o problema do idoso de hoje.

Outro consenso entre teóricos é o de que é preciso rever a correlação negativa entre modernização e envelhecimento, que funda a Gerontologia.

Os trabalhos de cunho histórico concluem que se pode dizer muito pouco sobre como eram as relações entre os velhos e seus filhos adultos em épocas muito anteriores. Thompson (1991), através de histórias de vida de idosos na Inglaterra, compõe um quadro das relações familiares nos últimos 150 anos, destacando a continuidade de um mesmo padrão ao longo desse período. As relações entre avós e netos são muito semelhantes, os filhos são ainda a principal fonte de apoio esperada, bem como morar com os filhos adultos, em momentos de crise, é ainda a solução privilegiada numa extensão maior da que os dados estatísticos sobre as unidades

domésticas tendem a sugerir. Da mesma forma, o ideal de independência representado pela recusa dos pais idosos em morar com os filhos, quando gozam de boa saúde, vigora há mais tempo do que se imagina. Retomaremos esse tema no próximo item, por ora vale a pena ressaltar que ao tratar das relações entre as gerações na família, Thompson tende a minimizar o conjunto de transformações que Ariès aponta nas representações que os velhos fazem de sua situação.

A produção antropológica do final dos anos 70, voltada para uma reflexão sobre a velhice nas sociedades ditas primitivas, trata de rever a idéia de que os velhos, nessas sociedades, sempre gozam de uma posição privilegiada, e que os processos de mudança têm necessariamente o sentido de uma perda de prestígio. Seria suficiente destacar três trabalhos para indicar o objetivo dessas revisões.

Sally F. Moore (1978), na pesquisa entre os Chagga, mostra que a idéia de os idosos serem sempre prestigiados nas sociedades tradicionais não se sustenta. Aponta, antes, os problemas daqueles cuja vida transcorre no que ela denomina de uma "arena social limitada". Embora nessa situação, própria das sociedades tradicionais, o isolamento do idoso seja impossível, nelas há também um lado desvantajoso. Os que foram bem-sucedidos ao longo de toda a sua vida gozarão, sem dúvida, de prestígio; os demais ficarão expostos e terão de conviver com o desafeto e a falta de respeito dos parentes e vizinhos. Conclui, então, que mesmo nessas sociedades não se poderia pensar na experiência de envelhecimento como homogênea.

Pamela T. Amoss (1981), ao analisar um movimento de revivescência religiosa entre os índios da Coast Salish, indica que esse processo acelerou o aumento do prestígio que os idosos haviam perdido desde as mudanças econômicas e sociais que se seguiram ao contato com os europeus. Esse aumento de prestígio dos idosos não é devido a mudanças de ordem econômica, mas sim ao controle por eles mantido sobre os rituais religiosos, que passam então a ganhar novas significações para o grupo estudado.

Outros trabalhos, não especificamente voltados para os idosos, corroboraram a visão de que as mudanças, mesmo aquelas introduzidas pelo processo de colonização, não levam necessariamente à perda de prestígio e poder das gerações mais velhas. Na análise que Laitin (1977) faz da política em Yoruba, é descrita a estratégia exitosa de dominação desenvolvida pelo colonialismo inglês na região, que consistiu em reforçar o poder que os idosos haviam perdido anteriormente à dominação britânica.

Os trabalhos voltados para as sociedades ocidentais rediscutem a idéia de que as mudanças nelas ocorridas levariam necessariamente a uma posição econômica desprivilegiada para os idosos. O trabalho de Mckain (1972) — na União Soviética — mostra que os fundos de pensão transformaram os idosos em membros valorizados e prestigiados nas unidades domésticas. Isso também teria ocorrido durante a depressão nos Estados Unidos. Keith (1980), baseando-se nesses dados, considera que a análise de políticas públicas em conjunturas específicas mostra que a relação dos velhos com a modernização é, antes, curvilínea: há um declínio no *status* associado à modernização, que pode ser revertido, posteriormente, nas sociedades mais ricas.

A complexidade de formas que a experiência de envelhecimento assume nas sociedades ocidentais conduz, ainda, a dois tipos de considerações sobre problemas na definição da velhice que, poderíamos dizer, são consensuais, embora as tentativas de solucioná-los não tenham uniformidade.

No primeiro caso, procura-se dissolver a associação entre a velhice e o fim do trabalho, a partir da análise das mudanças ocorridas no sistema produtivo, sobretudo na forma como elas redefinem o mercado de trabalho e a estrutura de empregos. Nesse sentido, Schuller (1989) destaca três grandes tendências na Inglaterra: as ocupações de meio período passam a ter peso cada vez maior nas diferentes faixas etárias; o ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho tende a aumentar; e a aposentadoria antecipada co-

loca fora do mercado de trabalho uma população cada vez mais jovem. Essas tendências levam o autor a considerar que o paradigma da carreira masculina se desfaz, e a apontar para um processo de “feminização do mercado de trabalho”. Diante dessas mudanças, segundo o autor, não se poderia mais pensar no processo de envelhecimento com referência às posições convencionais no mercado de trabalho. Para Schuller, a geração atual de idosos seria, talvez, a última a permanecer em turno completo no emprego até a idade da aposentadoria. A associação entre fim do trabalho e entrada na velhice não só deve ser revista, mas exige uma redefinição dos diferentes estágios da vida.<sup>3</sup>

O trabalho de Long (1989), sobre o lazer entre os idosos, tende também a minimizar a importância do trabalho na definição das experiências vividas. Analisando as representações e o comportamento de idosos ingleses em relação ao lazer, considera que mais do que o trabalho, é o lazer desenvolvido ao longo da vida pelos idosos entrevistados que aparece como forma de manter a continuidade e dar um senso de autonomia e escolha ao longo da vida.

A exigência de definições mais precisas da velhice aparece também na crítica à idéia de ciclos de vida (*life cycles*), uma vez que esse conceito estaria impregnado de uma visão essencialista, de caráter biológico e a-histórico da vida. Propõe-se a sua substituição pela idéia de curso de vida (*life course*), em que a velhice não seria pensada como um momento definido pela idade cronológica e no qual se permanece até a morte, mas como processo gradual em que a dimensão histórica e social e a biografia individual devem ser consideradas com relevância. Na literatura americana, essa idéia já aparece em trabalhos antigos, mas é retomada enfaticamente por Thompson (1991), que afirma que a literatura inglesa sobre o tema ainda não deu a devida importância a essa dimensão.<sup>4</sup>

A idéia de curso da vida enquanto conceito descritivo é, sem dúvida, um contraponto importante à idéia de seqüências abstratas e predeterminadas, independentemente da his-

tória dos indivíduos e grupos. Entretanto, levado ao extremo, esse tipo de abordagem tende a rejeitar a própria idéia de velhice. É o que acontece no trabalho de Thompson que, a partir da análise das histórias de vida de idosos, argumenta que a idade não é um marco pertinente na definição das experiências vividas. A tendência, no limite, é concluir que as intervenções públicas, ao reiterarem esse tipo de recorte na população — bem como o fato de a palavra “velho” se associar contemporaneamente cada vez mais ao *status* de uma pessoa —, não têm um reflexo nas experiências individuais. Voltarei a essa questão. Antes é importante mostrar como os trabalhos preocupados com mudanças na estrutura familiar, novos arranjos de moradia e etnicidade, dissolvem a idéia da velhice como experiência homogeneizadora e o tipo de munção que oferecem para os dois modelos antagônicos de pensar a velhice na sociedade contemporânea, que mencionei no início.

#### **Família, Integração e Segregação Espacial dos Idosos**

As pesquisas sobre a relação entre os idosos e seus familiares, desenvolvidas no final dos anos 60, mostram que os estereótipos de isolamento e de abandono não expressam a condição da totalidade dos idosos, nem mesmo nos países de capitalismo avançado. A pesquisa de Shanas *et alli* (1968), feita na Inglaterra, Dinamarca e Estados Unidos, era bastante reveladora nesse sentido. Conclui que se para os idosos há uma retração das “relações periféricas — colegas de profissão e outros contatos — há poucas modificações no que diz respeito às relações com os filhos adultos. Uma proporção expressiva de idosos vive com pelo menos um deles (20% na Dinamarca, 28% nos Estados Unidos e 42% na Inglaterra). Entre os que não moram com os filhos, boa parte reside a uma distância de cerca de 30 minutos da casa deles (40% na Inglaterra, 49% nos Estados Unidos e 55% na Dinamarca). A pesquisa revela ainda que 2/3 dos idosos diziam ter visto os filhos no dia em que foram entrevistados ou no dia anterior e 1/5 na semana anterior à entrevista.

Pesquisas mais recentes consideram que a proporção de idosos morando com os filhos tende a diminuir nos Estados Unidos e nos países europeus, entretanto, essa tendência deve ser tratada com cuidado. Wall (1989), analisando arranjos de moradia entre os idosos na Europa nos anos 80, ressalta a diversidade de arranjos ainda presentes. Mostra que na Europa Ocidental a tendência geral é que os idosos passem cada vez mais a morar em unidades domésticas separadas das dos filhos, mas essa tendência é menos evidente no Sul e na Europa Oriental. Argumenta, então, por um lado, que é difícil saber se essa diversidade entre países europeus estava ou não presente, e em que grau, em épocas anteriores, já que os dados históricos não são detalhados. Por outro lado, a diversidade de arranjos que persiste em todos os casos, ante o ímpeto avassalador em direção a unidades domésticas menores, é uma evidência de que o significado dessa diversidade deve ser olhado com cautela.

Outros estudos sugerem que a tendência de os idosos morarem sós não tem de ser, necessariamente, percebida como reflexo de um abandono por parte de seus familiares. Ela pode significar um novo tipo de arranjo, uma nova forma de família extensa, na qual a troca e a assistência ocorrem de maneira intensa (Cohler, 1983). Para Rosenmayr e Korckeis (1963), trata-se de uma “intimidade à distância”. Esse novo tipo de relação, facilitado pelo aumento da mobilidade e pelo aperfeiçoamento das formas de comunicação à distância, que beneficiaram as diferentes classes sociais, não implicaria uma mudança qualitativa nas relações entre as gerações na família.

Além disso, o fato de os idosos viverem com os filhos não é garantia da presença do respeito e prestígio, nem da ausência de maus-tratos. As denúncias de violência física contra idosos aparecem nos casos em que diferentes gerações convivem na mesma unidade doméstica. Assim sendo, a persistência de unidades extensas (unidades domésticas compostas de várias gerações da mesma família) não pode ser necessariamente vista co-

mo garantia de uma velhice bem-sucedida, nem o fato de morarem juntos um sinal de relações mais amistosas entre os idosos e seus filhos (Evandrou e Victor, 1989).

Em outra direção caminha uma série de estudos sobre novas formas de arranjos residenciais, que tendem a dissolver a idéia de que o bem-estar na velhice estaria ligado à intensidade das relações familiares ou ao convívio intergeracional. Mais do que a convivência num espaço heterogêneo, do ponto de vista da idade cronológica, é a segregação espacial dos idosos que permite a ampliação de sua rede de relações sociais, o aumento do número de atividades desenvolvidas e a satisfação na velhice. É essa, em geral, a conclusão a que chegam os estudos sobre os idosos vivendo em conjuntos residenciais segregados, ou em condomínios fechados com serviços e outras facilidades ou, ainda, em hotéis ou *congregate housings*. Os títulos das obras sobre o tema, que envolvem tanto pesquisas quantitativas, quanto qualitativas, como entrevistas em profundidade e observação participante, deixam claro o que o conjunto de dados levantados revela: *The unexpected community: "Old people, new lives": "Retirement Communities": "Networks as Adaptation": "Living Together": "If I live to be 100..."*. Novas comunidades são criadas, o conjunto de papéis sociais anteriormente perdidos são reencontrados, redes de solidariedade, de trocas e de afeto são desenvolvidas de maneira intensa e gratificante, promovendo uma experiência de envelhecimento positiva, mesmo para aqueles cujos vínculos com os filhos e parentes são tênues. As diferenças de gênero são apagadas ou, quando mantidas, ganham outros significados. Relações interétnicas tornam-se mais harmônicas, uns ajudam aos outros de modo que a independência de cada um possa ser mantida e a institucionalização evitada.<sup>5</sup> Enfim, a segregação espacial do idoso é defendida como a solução mais adequada a um envelhecimento bem-sucedido.

Ao fazer um balanço dos trabalhos de cunho antropológico sobre as novas comunidades de idosos, Keith mostra, com razão,

como eles redirecionam a reflexão sobre a velhice em dois sentidos, que vale a pena serem ressaltados. Por um lado, oferecem elementos para uma revisão da idéia dos idosos como sendo sujeitos passivos de um conjunto de mudanças sociais, apontando, ao contrário, o seu papel ativo como criador dessas mudanças, fazendo novos arranjos sociais em resposta às transformações da sociedade mais ampla.

Por outro lado, os estudos têm a preocupação de comparar as alternativas criadas pelos idosos com aquelas de outros grupos que também têm procurado responder de forma inovadora aos desafios colocados pela experiência contemporânea. Os motivos que conduzem à criação das comunidades de idosos são os mesmos que levam à formação de comunidades de outros grupos em diferentes faixas etárias, como, por exemplo, a ameaça exterior, a homogeneidade, a interdependência. As identidades criadas no interior dessas comunidades, como em outras de faixas etárias distintas, são uma forma ativa de rejeição a um conjunto de valores que acabam por colocar certos setores nos degraus mais baixos da hierarquia social. Se no caso dos idosos é a idade cronológica que estabelece um elo entre os residentes, ela passa a ser irrelevante para definir o *status* da pessoa na experiência comunitária. Há uma reciclagem das identidades anteriores e a criação de uma nova comunidade. Além disso, esses estudos alertam para o fato de que a família não é adequada enquanto mundo social total tanto para os idosos como para qualquer um depois da infância. As novas formas de sociabilidade na velhice não deveriam, assim, ser pensadas como substitutas das relações familiares, mas como esferas distintas de relações.

Entretanto, se nesses trabalhos a tendência é relativizar a importância das relações familiares para o bem-estar na velhice, outras pesquisas enfatizam que as relações familiares ainda são fundamentais na assistência ao idoso e nas expectativas em relação ao processo de envelhecimento.

Arber e Gilbert (1989), analisando os

dados do General Household Survey de 80, mostram que na Inglaterra ainda são os filhos os maiores provedores de assistência aos pais idosos quando estes moram sós. O trabalho de Stubs (1989) sobre a decisão de inquilinos de setores médios da população de comprar o imóvel que alugavam em Sunderland (Inglaterra), nos anos 70 e 80, associa essa decisão ao processo de envelhecimento. Os compradores eram, sobretudo, aqueles que estavam próximos da aposentadoria e a aquisição da casa estava diretamente relacionada à preocupação em assegurar a continuidade da vida familiar. A casa própria era a forma de garantir uma vida familiar privada e autônoma e talvez um campo para uma reciprocidade futura com os filhos ("em troca dos cuidados que vocês terão conosco na velhice, herdarão uma propriedade").

Walker (1982) faz um contraponto aos trabalhos que valorizam a comunidade como forma de prover o bem-estar na velhice, considerando que podem estimular as políticas públicas voltadas à *community care*. Mostra que o pressuposto implícito nos programas que advogam a participação comunitária na assistência aos idosos é de que essa assistência ficará a cargo da família. Nesses programas, ainda, família e comunidade são eufemismos para uma carga que acaba caindo nos ombros das mulheres.<sup>6</sup>

A dificuldade central dos trabalhos que procuram avaliar o bem-estar na velhice, em termos de relações entre gerações na família, integração ou segregação espacial, está, sem dúvida, na ausência de medidores eficazes e definitivos. Contudo, a velhice é retratada de maneira distinta em função do tipo de interação focalizada. Pensar na relação entre o idoso e a família é ora fazer um retrato trágico da experiência de envelhecimento, ora minimizar o conjunto de transformações ocorridas nas relações familiares. Pensar na interação entre idosos é, pelo contrário, traçar um quadro em que um conjunto de mudanças e a criatividade grupal seriam capazes de minimizar ou mesmo negar os inconvenientes trazidos pelo avanço da idade. Essa tendência fica mais nítida nas pesquisas preocu-

padas com a velhice em sua relação com a etnicidade e a classe social. Vale a pena resenhar o debate em torno dos resultados nelas obtidos para depois retomar as relações familiares e a população idosa.

### **Velhice, Classe Social e Etnicidade**

O final dos anos 60 foi marcado também, sobretudo nos Estados Unidos, pela preocupação com problemas relativos às minorias e à pobreza. Essa preocupação se traduziu, ao nível acadêmico, na elaboração de projetos de pesquisa visando a dar conta dessas questões em vários campos de conhecimento. A problemática das classes sociais e da etnicidade seriam elementos capazes de revelar a heterogeneidade das experiências, em grupos definidos através de categorias homogeneizadoras, como é o caso da velhice. Essa colocação marca de tal forma os debates atuais que qualquer pesquisa que não leva em conta as especificidades das minorias será criticada em termos das possibilidades de generalização de suas conclusões, mesmo quando seu universo é definido com bastante precisão. A preocupação com etnicidade e classe social esbarra, entretanto, em dificuldades teóricas e metodológicas que também dão a tônica do debate atual. Os balanços da bibliografia e dos resultados das pesquisas, geralmente, apontam três ordens de problemas nos estudos sobre o tema: 1) como distinguir os efeitos das condições econômicas ou das minorias étnicas daqueles próprios do envelhecimento; 2) como encontrar medidores adequados do bem-estar na velhice, quando o que está em jogo não é apenas o nível de renda e de saúde, mas aspectos mais subjetivos, como satisfação, solidão, níveis de ansiedade e insegurança e qualidade de apoio; e 3) como entender a idéia de minoria, ora tratada em sua dimensão cultural, ora enquanto grupo discriminado, e como compreender a maioria à qual as minorias se referem.<sup>7</sup>

Os balanços sobre as pesquisas tendem a caracterizar tais questões ressaltando três teses contraditórias que hoje polarizam o debate nos Estados Unidos. A primeira considera a etnicidade um fator que daria formas específicas às experiências de envelhecimen-

to nas sociedades ocidentais. A segunda privilegia o diferencial de renda em detrimento das diferenças étnicas e de idade cronológica. Para a terceira, a velhice é um problema enquanto tal, capaz de sobrepor-se às diferenças sócio-econômicas e étnicas. Essa última tese reaparece em estudos mais recentes, quer através de balanços de resultados (considerados pulverizadores das pesquisas desenvolvidas), quer no sentido de propor novos recortes no interior da população idosa que não classe e etnicidade.

#### **Dupla Vulnerabilidade: Idosos e Minorias**

Nas pesquisas quantitativas, quando a etnicidade está referida à situação das minorias, a tendência é mostrar que os idosos pertencentes às minorias estão em situação de dupla vulnerabilidade (*double jeopardy*). Enquanto minorias e enquanto idosos, seriam vítimas, por excelência, das formas de discriminação e exclusão próprias das sociedades ocidentais. As críticas a essa tese têm se baseado, em linhas gerais, na seguinte argumentação:

– os idosos já não se encontram entre os setores mais pobres da população norte-americana, situação que se apresentava até o censo de 1980. Entre os indivíduos aposentados, 50% têm renda familiar maior do que o dobro do nível estabelecido de pobreza (Kart, Longino & Ullman, 1989). Examinando os gastos públicos com a velhice nos Estados Unidos, Fitzgerald (1981) considera, com humor, que os pais da geração Woodstock temiam que seus filhos destruíssem o sistema, mas o que essa geração vê agora são seus próprios pais aposentados ameaçando explodir a base econômica do sistema;

– a hipótese da dupla vulnerabilidade tem como referência minorias vivendo em condições de extrema privação econômica e social e, por isso, tendem a confundir o efeito da pobreza com as discriminações étnicas e raciais (Holzberg, 1982a, 1982b);

– não se pode pensar em minorias como entidades homogêneas. As diferenças econômicas no interior das minorias e o tipo de inserção histórica que cada uma delas teve na

sociedade americana (Cool, 1987) ou na Inglaterra (Blakemore, 1989) são variáveis fundamentais para entender as diferenças entre minorias em cada contexto;

– a hipótese exigiria uma dimensão comparativa mais acurada. A consideração de Bengston (1979) é definitiva nesse sentido. O número relativo de idosos negros gozando de boa saúde e de um nível de renda adequado pode ser menor do que o número de idosos brancos. Entretanto, se a diferença de porcentagem entre negros e brancos de meia-idade, por exemplo, for maior do que a existente entre os idosos desses dois grupos, a consideração de que o idoso de minoria é duplamente vulnerável é discutível. Nesse caso, pelo contrário, a idade estaria exercendo uma influência homogeneizadora;

– a idéia da dupla vulnerabilidade exigiria que os brancos apresentassem um nível de satisfação na velhice (Cool, 1987), o que, em geral, não ocorre.

#### **Velhice e Etnicidade**

Nas pesquisas quantitativas, ainda, quando a ênfase é dada à dimensão cultural da etnicidade, os trabalhos avaliam de maneira oposta a relação entre idosos e minoria. A tendência é mostrar que os idosos membros de minorias estão em situação vantajosa quando se mede o nível de satisfação e de interação social. As relações familiares e outras formas de apoio aos idosos são muito mais intensas nas minorias étnicas que, por isso, teriam situação privilegiada diante de outros grupos da população.<sup>8</sup>

A crítica a essa visão da relação entre velhice e etnicidade segue, em linhas gerais, três tipos de argumentação:<sup>9</sup>

– as minorias não são grupos homogêneos. As diferenças sócio-econômicas no interior das minorias dão significados distintos à experiência de envelhecimento. Os trabalhos de Jackson (1971;1980), sobre os idosos negros americanos, são exemplares dessa crítica. Para a autora, as diferenças sócio-econômicas entre os negros são fundamentais na determinação dos padrões de ajuda instrumental (dinheiro e outros bens) e de relações afetivas entre os idosos e seus filhos. A melhoria

das condições econômicas corresponderia um número maior de idosos morando sós e uma diminuição do suporte familiar;<sup>10</sup>

– a dificuldade na interpretação dos medidores de bem-estar na velhice, já que esses partem do pressuposto de que o bem-estar está ligado às trocas entre gerações no interior da família. Cantor (1979), ao comparar idosos negros, hispânicos e brancos em Nova York, considera que os dados revelam que os hispânicos, independentemente do nível sócio-econômico, demonstravam contato maior com filhos, netos e outros parentes do que os negros e os brancos, mas também são eles os que mais temem ser abandonados e negligenciados pelos filhos;

– a dificuldade de encontrar uma linguagem capaz de estabelecer uma comunicação mais efetiva entre pesquisador e pesquisado, uma vez que distinções ocidentais muito claras entre família, parentes e vizinhos podem ter significados distintos e não tão precisos para os idosos das minorias estudadas. Johnson & Barer (1990), ao compararem a estrutura e o funcionamento das redes sociais de negros e brancos dos estratos mais pobres da população norte-americana, mostram como os negros expandem esses recursos sociais, criando o que chamam de *kinlike relationships*, através da mobilização de parentes na periferia das redes de parentesco ou criando parentes fictícios. Da mesma forma, Blakemore (1989) considera que os níveis de satisfação das mulheres idosas asiáticas na Inglaterra tende a ser superestimado nas pesquisas quantitativas. Citando trabalhos que envolveram observação participante do comportamento de mulheres idosas Sikh, assinala a posição desvantajosa que elas de fato ocupam, pela expectativa de docilidade e passividade. Na presença de parentes mais velhas ou de homens da família, elas seriam desencorajadas a expressar seus sentimentos.

As críticas feitas ao conjunto de conclusões a que chegam os trabalhos baseados em metodologia quantitativa são um reconhecimento da importância de pesquisas qualitativas de cunho antropológico. Os trabalhos mais interessantes nessa área tendem

a pensar na etnicidade de maneira distinta. A identidade não é vista como reprodução de padrões culturais tradicionais, mas sobretudo como situacional e contrastiva, uma resposta nova a mudanças na vida dos indivíduos ou grupos, relacionadas a transformações na sociedade mais ampla. Os trabalhos de cunho antropológico estão, também, menos preocupados em dar respostas categóricas — tão peculiares à sociologia americana e principalmente aos balanços que ela produz periodicamente sobre o tema — sobre o peso da etnicidade e da classe social na experiência de envelhecimento. O interesse é antes descrever em detalhes formas de interação entre grupos ou situações microscópicas. Mas a tendência, de maneira geral, é ver a etnicidade como um elemento que transforma a velhice numa experiência bem-sucedida, ou pelo menos num fator mitigador das dificuldades enfrentadas pelos idosos. A etnicidade teria vantagens por razões diversas: é um fator que congrega idosos com a mesma identidade étnica e/ou religiosa, pois oferece uma rede de relações e associações formais e informais independente das relações familiares.<sup>11</sup> As etnografias descrevem as formas de associação e conflitos no interior desses grupos, mostrando como, diante de novas conjunturas, eles criam formas de associação e um conjunto de práticas que não eram próprias dos contextos sociais de origem, e como também, e ao mesmo tempo, a identidade étnica é fundamental para entender a constituição desses grupos e a sua dinâmica interna; a etnicidade provê um componente histórico-cultural criando uma interação nova entre os idosos e os jovens, uma vez que os últimos têm nos velhos uma fonte única de reinterpretação de sua história e cultura ameaçada de extinção.<sup>12</sup>

As etnografias colocam dimensões importantes para pensar na diversidade de respostas que os idosos são capazes de oferecer ante as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea. Mas pensá-las em conjunto dificilmente é fugir da idéia de um amontoado de grupos que ensaiam práticas inovadoras, sem que um princípio articulador de ca-

ráter mais geral seja capaz de conectá-los. Assim, o quadro oferecido pelos trabalhos de cunho antropológico tomados em seu conjunto reafirma o processo de dissolução da velhice, que marca a produção acadêmica sobre o tema depois dos anos 60. Classe social, etnicidade e arranjos de moradia dariam dimensões tão específicas ao envelhecimento que dificilmente poderíamos pensar na velhice sem especificar os grupos aos quais estamos de fato nos referindo.

### **Os Idosos mais Idosos e a Sociedade Uni-Etária**

A dissolução da velhice como experiência homogênea leva a dois tipos de reação, que embora antagônicas apontam para dimensões que devem ser levadas em conta na reflexão. Por um lado, a tese de que a velhice é um problema enquanto tal, capaz de sobrepor-se a diferenças sócio-econômicas e étnicas, reaparece em estudos mais recentes. Neste caso, a tendência é propor novos recortes no estágio de envelhecimento, levando em conta a idade e o nível de independência funcional dos idosos. Criticam-se assim, com razão, as pesquisas sobre o envelhecimento, que englobam na categoria “velhos” os indivíduos com 60 anos ou mais, desconhecendo a diversidade no controle de uma série de recursos que existe entre aqueles que têm 60 anos e outros, 20 ou 30 anos mais velhos. Nesse sentido, novos recortes são propostos: jovens idosos (65-75 anos); idosos-idosos (acima de 75 anos), como quer Uhlemberg (1987); ou ainda idosos mais idosos (com mais de 85 anos) como sugere Johnson (1987), dariam ao envelhecimento recortes diferenciadores mais significativos. Da mesma forma uma bateria de indicadores são definidos para medir o nível de independência funcional dos idosos. O suposto é que essas características, capazes de medir estágios de desenvolvimento, dão dimensões radicalmente distintas às trocas entre gerações. Levadas à sério, em estudos sobre etnicidade, classe social, arranjos de moradia e relações na família, elas transformariam o quadro excessivamente pulverizador da experiência de envelhecimento que tendem a retratar, podendo esta-

belecer comparações com maior segurança. Ainda, ao apontar os diferentes estágios do envelhecimento, chama-se a atenção para os resultados das projeções no que diz respeito ao crescimento da população idosa e à composição das redes de parentesco e família. Na população idosa, é sobretudo o grupo com 85 anos ou mais que terá um crescimento maior nas próximas décadas. As redes de parentesco, pela primeira vez na história, contarão com um número maior de velhos do que de jovens, ao mesmo tempo em que os casados tenderão a ter um número de filhos menor que o número de pais idosos.<sup>13</sup> Para os *idosos mais idosos*, a pauperização, a passividade e a dependência marcarão a experiência de envelhecimento. As formas inovadoras de moradia e associações são limitadas para esse grupo e a precariedade das políticas públicas a eles destinadas faz com que o peso de sua situação recaia nos ombros dos filhos e parentes.

O segundo tipo de reação tem direção radicalmente oposta. A idéia de que a idade cronológica não é um marco significativo na vida dos indivíduos é levada ao limite. Trata-se de denunciar a forma como a Sociologia tem alimentado os estereótipos da velhice como um período de retraimento em face da doença e da pobreza, uma situação de dependência e passividade que legitima as políticas baseadas na visão do idoso como ser doente, isolado, abandonado pela família e alimentado pelo Estado. Thompson (1991) procura mostrar que essa visão não se sustenta do ponto de vista científico. A partir de uma análise de histórias de vida de idosos de diferentes classes sociais na Inglaterra, considera que a imagem que os idosos fazem de sua experiência pessoal é radicalmente contrária à do *senso comum*. Os idosos que não estão doentes ou emocionalmente deprimidos não se consideram velhos e, no grupo de pessoas de 75 anos ou mais, 4/5 não se sentem solitários. Não é o avanço da idade que marca as etapas mais significativas da vida, a velhice é, antes, um processo contínuo de reconstrução. O objetivo do livro é mostrar a diversidade de estilos de vida criados e que

não podem ser agrupados em função da classe social ou do tipo de unidade doméstica onde os idosos estão inseridos. *I Don't Feel Old*, expressão utilizada pelos entrevistados, para dar conta de sua experiência e que serve de título ao livro, é um grito para o reconhecimento da individualidade da experiência humana, diz o autor, em contraposição à imagem do idoso em crise que a Sociologia alimenta e que está presente nas políticas sociais e de saúde. Thompson defende medidas preventivas, capazes de encorajar os recursos individuais e atingir a população de meia idade, como a educação de adultos, os programas de saúde ocupacional, as facilidades para atividades especializadas como dançar e jogar, e as universidades para a Terceira Idade que hoje só congregam os mais velhos.

Thompson aponta assim, com razão, para as armadilhas que a idéia de estágios de desenvolvimento prepara. Suas conclusões, entretanto, exigem uma revisão da idéia de que as sociedades contemporâneas assistem a um processo em que, cada vez mais, os mecanismos de controle têm como base a idade cronológica. Essa idéia, inspirada nos trabalhos de Elias e de Ariès sobre a infância, opõe as sociedades ocidentais pré-modernas à sociedade moderna, considerando que nas primeiras o *status* da família era muito mais importante do que a idade cronológica na determinação da maturidade, da independência de ação e poder. A modernização implicou um processo de transformação da idade cronológica num marcador cada vez mais relevante para essas questões.<sup>14</sup> O trabalho de Thompson parece, antes, apontar um processo de perda de relevância da idade cronológica, indicando que esses mecanismos perdem eficácia no que diz respeito à população idosa. A imagem de uma sociedade onde a velhice deixa de ser um problema está em compasso com trabalhos sobre outros grupos etários, que tendem a mostrar que as idades já não são definidoras das formas de controle social. Esse é o argumento de Meyrowitz (1985), que trata do impacto da mídia eletrônica no comportamento social. Ele sugere que a mídia tende a

integrar mundos informacionais que antes eram estanques, impondo novas formas de comportamento que apagam o que previamente era considerado o comportamento adequado a uma determinada faixa etária. As crianças cada vez mais têm acesso ao que antes era considerado como próprio da vida adulta, posto que a mídia dissolve o controle que os adultos tinham sobre o tipo desejável de informação que as faixas mais jovens deveriam ter. Assim, a diferença de idade perderia, cada vez mais, importância na vida contemporânea. A forma que o debate sobre os direitos das crianças assume hoje reforçaria a idéia de que caminhamos para um estilo unietário de comportamento.

Entretanto, Thompson não pode esquecer, no que diz respeito aos idosos, que há também uma linguagem pública empenhada nesse processo de desconstrução da velhice, que seu trabalho e outros centrados na mesma direção, legitimam. No mundo da política e das artes, como mostram Featherstone e Hepworth (1989), boa parte dos heróis que prezamos nega a relevância da idade cronológica e dos estereótipos atribuídos ao avanço da idade cronológica. No que se refere ao corpo, a tendência da literatura especializada é cada vez mais apresentar evidências de que não há uma relação necessária entre envelhecimento e declínio mental, sexual e fisiológico. A literatura voltada ao grande público enfatiza que a idade não é um indicador de normas de comportamento e estilos de vida. Ao mesmo tempo divulga um novo elenco de formas de manutenção corporal, envolvendo comidas saudáveis, vários tipos de ginástica, vitaminas e uma parafernália de remédios, a indicar claramente como "os que não se sentem velhos" devem se comportar.

O encontro dessas linguagens públicas antagônicas que marca a experiência contemporânea não pode ser negligenciado quando se busca entender as mudanças ocorridas na família e nas relações entre gerações.

Recebido para publicação  
em novembro de 1991

#### Notas

1. *A Velhice: Realidade Incômoda*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
2. Ver críticas a essas teorias em Hochschild (1965) e Maddox (1969).
3. Essas considerações estão em compasso com outros estudos que questionam o “trabalho” como categoria-chave na Sociologia. Clauss Offe (1989), citando dados sobre a Alemanha, mostra que um em cada dois trabalhadores são aposentados antes de atingir a idade limite e parece concordar com a afirmação de que “quanto mais tempo as pessoas passam fora da força de trabalho assalariado, antes e durante a carreira profissional, mais elas descobrem que o trabalho não representa mais um foco suficiente de organização de suas vidas”.
4. Nesse texto Thompson procura resumir os resultados do livro Thompson *et alli*: *I don't feel old: The Experience of Later Life*. Oxford, sem referência de editora, 1990.
5. O trabalho de Jacobs (1975) é uma exceção à imagem positiva dada pelas pesquisas em sociologia e antropologia sobre a segregação espacial dos idosos. Seu trabalho, de cunho antropológico, mostra os idosos como apáticos, passivos e solitários. O conjunto habitacional por ela estudado é etnicamente diverso e ela chama a atenção para as animosidades entre negros e brancos e para o mal-estar dos residentes sadios para com os doentes e aqueles que têm limitações físicas.
6. Arber & Gilbert (1989) procuram mostrar que a idéia de que é sobretudo a mulher casada, com filhos pequenos, que tem de cuidar dos pais idosos não se sustenta. Os dados que levantam sobre a Inglaterra mostram, ainda, que se a maioria das pessoas que cuidam dos idosos são familiares do sexo feminino, 1/3 dos *carers* são do sexo masculino: cônjuges e filhos, casados ou solteiros. Sobre os Estados Unidos, ver o trabalho de Canior (1991), que argumenta na mesma direção.
7. É grande o número de trabalhos que procuram fazer um levantamento da bibliografia sobre velhice, classe social e etnicidade. Ver Merkides, 1982; Holzberg, 1982a; Cool, 1987; Evandrou e Victor, 1989.
8. Ver, por exemplo, Blau *et alli* (1979), comparando brancos, negros e americanos de origem mexicana no Texas — considera que a etnicidade tem um efeito muito mais importante do que a idade e o *status* sócio-econômico do indivíduo. Os mexicanos, independentemente do nível sócio-econômico, demonstravam contato maior entre filhos, netos e outros parentes que os negros e os brancos. A conclusão do trabalho de Blakemore (1989), que compara asiáticos, negros-caribenhos e brancos na Inglaterra, é a mesma no que diz respeito aos asiáticos.
9. A crítica a essa postura é acirrada nos Estados Unidos. Alguns autores consideram que a afirmação de que entre as minorias étnicas a relação intergeracional é mais intensa pode ter o efeito perverso de levar o Estado a rever os fundos especiais dirigidos a essas minorias, ou desobrigá-lo de programas voltados para ela (Cool, 1987).
10. Essa é também a linha da proposta que Green (1987) faz para a orientação das pesquisas com populações idosas negras nos Estados Unidos. Considera que as diferenças na estratificação social, diferenças entre população rural e urbana, diferenças regionais e de nível local são fundamentais quando se pretende desenvolver programas específicos para idosos negros.
11. Ver a esse respeito as etnografias primorosas de Myerhoff (1978), sobre um centro de idosos judeus na Califórnia; de Hendel-Sebestyan (1979), sobre um asilo de judeus em Nova York; e de Cuellar (1978), sobre um centro de idosos chicanos em Los Angeles.

12. Cool (1980), analisando cursos em Paris e Moore, J. M. (1971), negros nos Estados Unidos, procuram mostrar como uma nova relação é criada entre velhos e jovens que têm uma identidade étnica comum.
13. Para esses dados, ver Cantor (1991).
14. Ver, a esse respeito, Featherstone & Hepworth (1989).

#### Bibliografia

- Amoss, P. T.  
1981. "Coast Salish Elders." In P. T. Amoss e S. Harrel (eds.), *Other Ways of Growing Old — Anthropological Perspectives*. Stanford, Stanford University Press.
- Arber, S. e Gilbert, G. N.  
1989. "Transition in Caring: Gender, Life Course and the Care of the Elderly." In B. Bytheway et alii (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approach to Later Life*. Londres, Sage Publications.
- Ariès, P.  
1983. "Une Histoire de la Vieillesse?". *Communications*, n. 37, Paris, Seuil.
- Barron, M. L.  
1961. *The Aging American*. Nova York, Thomas & Crowell.
- Bengston, V. L.  
1979. "Ethnicity and Aging: Problems and Issues in Current Social Sciences Inquiry." In D. E. Gelland & A. J. Kutzik (eds.), *Ethnicity and Aging*. Nova York, Springer.
- Blakemore, K.  
1989. "Does Age Matter? The Case of Age in Minority Ethnic Groups." In B. Bytheway et alii (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approach to Later Life*. Londres, Sage Publications.
- Blau, Z. S. et alii  
1979. "Aging, Social Class and Ethnicity: A Comparison of Anglo, Black and Mexican American Texans." *Pacific Sociological Review*, vol. 22, n. 40.
- Burguess, E. W.  
1960. "Introduction." In E. W. Burgess (ed.), *Aging in Western Societies*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Cantor, M. H.  
1991. "Family and Community: Changing Roles in a Aging Society." *The Gerontologist*, vol. 31, n. 3.  
1979. *The Informal Support System of New York's Inner-City Elderly: Is the Ethnicity a Factor?*. Nova York, Springer.
- Cavan, R.  
1965. *Family Tensions between the Old and Middle Aged*. Springfield, Thomas Publishing Co.
- Cohler, B. J.  
1983. "Autonomy and Interdependence in the Family of Adulthood: A Psychological Perspective." *The Gerontologist*, vol. 23, n. 1.

- Cool, L. E.  
 1980. "Ethnicity and Aging: Continuity through Change for Elderly Corsian". In C. Fry (ed.), *Aging in Culture and Society*. Nova York, Bergin Publisher.  
 1987. "The Effects of Social Class and Ethnicity on the Aging Process." In P. Silverman (ed.), *The Elderly as Modern Pioneers*. Indiana, Indiana University Press.
- Cowgill, D. O. e Holmes, L. D.  
 1972. *Aging and Modernization*. Nova York, Appleton-Century-Crofts.
- Cuellar, J.  
 1978. "El Senior Citizen Club: The Older Mexican-American in the Voluntary Association." In B. G. Myerhoff e A. Simic (eds.), *Life Career-Aging: Cultural Variations on Growing Old*. Beverly Hills, Sage.
- Cumming, E. e Henry, W.  
 1961. *Growing Old*. Nova York, Basic Books.
- Evandrou, M. e Victor, C. R.  
 1989. "Differentiation in Later Life: Social Class and Housing Tenure Cleavages". In B. Bytheway et alli (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*. Londres, Sage.
- Featherstone, M. e Hepworth, M.  
 1989. "Ageing and Old Age: Reflections on the Postmodern Life Course." In B. Bytheway et alli (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*, Londres, Sage.
- Fitzgerald, F.  
 1981. *Cities on a Hill — A Journey through American Culture*. Nova York, Simon & Schuster.
- Green, V.  
 1987. "Underlying Issues of Diversity in the Study of Aging Blacks." In H. Strange e M. Teitelbaum (eds.), *Aging and Cultural Diversity: New Directions and Annotated Bibliography*. Massachusetts, Bergin and Garvey Publisher.
- Guillemard, A. M.  
 1986. *Le Déclin du Social: Formation et Crise des Politiques de la Vieillesse*. Paris, PUF.
- Hendel-Sebestyen, G.  
 1979. "Role Diversity: Toward the Development of Community in a Total Institutional Setting." *Anthropological Quarterly*, n. 52, pp. 19-28.
- Holzberg, C. S.  
 1982a. "Ethnicity and Aging: Anthropological Perspective on More than Just the Minority Elderly." *The Gerontologist*, vol. 22, n. 6.  
 1982b. "Ethnicity and Aging: Rejoinder to a Comment by Kiriakos S. Markides." *The Gerontologist*, vol. 22, n.8.
- Jackson, J.  
 1980. *Minorities and Aging*. Belmont, Wadsworth Publishing  
 1971. "Sex and Social Class Variations in Black Aged Parent — Adult — Child Relationship." *Aging and Human Development*, vol. 2, n. 2.
- Jacobs, J.  
 1975. *Older Persons and Retirement Community*. Springfield, Charles C. Thomas.

- Johnson, C. L.  
1987. "The Institutional Segregation of the Aged." In P. Silverman (ed.), *The Elderly as Modern Pioneers*. Indiana, Indiana University Press.
- Johnson, C. L. e Barer, B. M.  
1990. "Family and Networks among Older Inner-City Blacks." *The Gerontologist*, vol. 30, n. 6.
- Kart, S.; Longino, C. F. e Ullman, S. G.  
1989. "Comparing the Economically Advantaged and the Pension Elite: 1980 Census Profiles." *The Gerontologist*, vol. 29, n. 6.
- Keith, J.  
1980. "The Best is the Yet to Be: Toward and Anthropology of Age." *Annual Review of Anthropology*, vol. 9, Palo Alto.
- Laitin, D. D.  
1977. *Hegemony and Culture — Politics and Religious Change among the Yoruba*. Chicago, Chicago University Press.
- Long, J.  
1989. "A Part to Play: Men Experiencing Leisure through Retirement." In B. Bytheway *at alli* (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later life*. Londres, Sage.
- Mackain, W. C.  
1972. "The Aged in URSS." In D. O. Cowgill e L. D. Holmes (eds.), *Aging and Modernization*. Nova York, Appleton-Century-Crofts.
- Markides, K. S.  
1982. "Ethnicity and Aging: A Comment." *The Gerontologist*, vol. 22, n. 6.
- Meyrowitz, J.  
1985. *No Sense of Place: The Impact of Eletronic Media on Social Behavior*. Oxford, Oxford University Press.
- Moore, J. M.  
1971. "Situational Factors Affecting Minority Aging." *The Gerontologist II*, número especial.
- Moore, S. F.  
1978. "Old Age in a Life-Term Social Arena: Some Chagga of Kilimangaro in 1974." In B. G. Myerhoff e A. Simic (eds.), *Life's Career-Aging: Cultural Variations on Growing Old*. Beverly Hills, Sage.
- Myerhoff, B.  
1978. *Number Our Days*. Nova York, Simon & Schuster.
- Offe, C.  
1989. "Trabalho: A Categoria-Chave da Sociologia?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 10, n. 4.
- Rose, A. M.  
1962. "The Subculture of Aging: A Topic for Sociological Research." *The Gerontologist*, vol. 2, n. 3.
- Rosenmayr, L. e Koekeis, E.  
1963. "Theory of Aging and Family." *International Social Science Journal*, vol. 15, n. 3.

- Schuller, T.  
1989. "Work-Ending: Employment and Ambiguity in Later Life." In B. Bytheway *et alli* (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*. Londres, Sage.
- Silverman, P.  
1987. "Introduction: The Life Course Perspective". In P. Silverman (ed.), *The Elderly as Modern Pioneers*. Indiana, Indiana University Press.
- Shanas, E. *et alli*  
1968. *Older People in Three Industrial Societies*. Nova York, Atherton Press.
- Simmons, L. W.  
1945. *The Role of the Aged in Primitive Society*. New Haven, Yale University Press.
- Stubs, C.  
1989. "Property Rites? An Investigation of Tenure Change in Middle Age." In B. Bytheway *et alli* (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*. Londres, Sage.
- Thompson, P.  
1991. "I Don't Feel Old: Subjective Ageing and the Search for Meaning in Later Life". IFCH/UFRJ, mimeo.
- Uhleberg, P.  
1987. "A Demographic Perspective on Aging". In P. Silverman (ed.), *The Elderly as Modern Pioneers*. Indiana, Indiana University Press.
- Walker, A.  
1982. *Community Care: The Family, the State and Social Policy*. Oxford, Blackwell/Martin Robertson.
- Wall, R.  
1989. "The Living Arrangements of the Elderly in Europe in the 1980's." In B. Bytheway *et alli* (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*. Londres, Sage.